



PORTE PAGO

# página um

redacção - administração - rua braamcamp, 52-7º - 52-9º lisboa-1

telefones: 535610 - 534675 - 537971 - 536605

**o tempo**

- ☆ sol
- ★ nublado
- ☁ chuva
- ↻ vento

Céu pouco nublado. Vento fraco ou moderado

## Inquérito a CANTO E CASTRO encontro com Holden Roberto... só? Sousa e Castro acusa Almeida e Costa defende pág. 3



Ramalho Eanes, face à notícia do encontro de Canto e Castro com Holden Roberto — chefe de fila do movimento fantoche FNLA — decidiu instaurar um inquérito a Canto e Castro. Entretanto, segundo notícias que não conseguimos confirmar, Sousa e Castro terá, na última reunião do Conselho da Revolução, ameaçado demitir-se se este assunto não fosse totalmente clarificado. Em defesa de Canto e Castro ter-se-ia levantado a voz de Almeida e Costa.

Sousa e Castro teria afirmado que «não está disposto a alinhar em golpes». E onde joga aqui o povo trabalhador a quem tudo é escondido?

## GDUP apresenta candidatos de UNIDADE POPULAR mais de 6000 candidatos no país Pág. 3



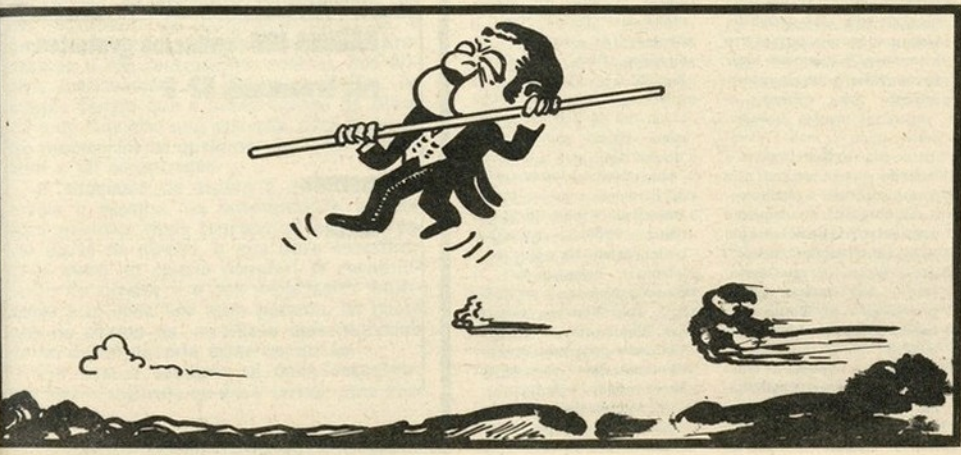
## Para negociações no MT Operárias da MACONDE em Lisboa Pág. 16



## BOMBISTAS MOTA FREITAS no comando da PSP do Porto? Pag. 16

A interrogação levanta-se: Mota Freitas, preso por implicações na rede bombista poderá ser reconduzido ao comando da PSP no Porto?

Convém não esquecer as palavras de Pires Veloso em defesa de Mota Freitas, convém não esquecer a forma como os sectores reaccionários vieram em sua defesa, louvando-o, considerando a sua prisão injusta, exigindo a sua libertação. Assim talvez se perceba a razão de ser da interrogação.



## BRASIL—eleições

**Primeiros resultados**

Os primeiros resultados das eleições municipais no Brasil com menos de 10% dos votos apurados indicam uma progressão do partido da oposição consentido (MDB) nos principais centros do país. Em Porto Alegre, o MDB recolhe mais de 61% dos votos e no Rio de Janeiro mais de 60%. Em São Paulo o partido opositor tolerado também vence por larga maioria.



**As listas da Unidade Popular:**

**São do Movimento que apoiou Otelo**

**Editorial**

**Um compasso de espera da direita**

As ligações de alguns elementos da cúpula militar com forças declaradamente reacionárias, comprometidas com o imperialismo, como Holden Roberto não deixam dúvidas quanto ao progressivo ascenso da direita militar no aparelho do poder. O caso de Canto e Castro assim o comprova.

Desse modo, relacionando os últimos acontecimentos havidos, percebe-se claramente que a situação política actual continua a manter as suas principais características e linhas de força determinantes no campo das contradições da vida militar.

Ao mesmo tempo que a extrema-direita pressiona, voltando a utilizar os métodos bombistas, sucedem-se a vários níveis cedências de toda a ordem, que mais não correspondem do que à desagregação de um bloco, contraditório e inconsequente que ocupa ainda lugares chave.

Serão estes dois aspectos que no fundamental vão determinar em consequência o curto prazo político da situação actual, e que demonstrarão na prática, que a alternativa viável, não é a conciliação e a cedença, debaixo da capa de quaisquer «tácticas» contra a direita.

Depois de Salgueiro Maia, é a vez de Ferreira da Cunha que pede a sua passagem à reserva. Ao mesmo tempo e entretanto, a amnistia promulgada por Eanes vem provocar nos quadros da Polícia Judiciária algumas contestações quando essa medida estabelece a arquivação de processos excepto os dos «implicados» no 25 de Novembro.

Enquanto isso, elementos responsáveis pelos ataques bombistas são libertados, prevenindo-se inclusivamente que Mota Freitas volte a reocupar o lugar de comando na polícia do Porto, quando Lopes Cardoso, atacado pela direita quando ministro, sofre um ataque à bomba em sua casa.

O quadro geral da situação, torna-se então, dia após dia, cada vez mais claro e perigoso. A resolução das contradições existentes caminha assim para um fim, no qual a direita está interessada perante a impotência de sectores que continuam a jogar na conciliação. Fim, esse acelerado pelo evoluir dos acontecimentos mais significativos. Nestes volta a assumir particular realce a já famosa Brigada Nato, cujo papel operacional se refere um vespertino da capital, referindo-se à guerra fria movida pela NATO, contra o Pacto de Varsóvia, na base da sua hegemonia estratégica.

A volta ao activo de Pires Veloso provocará da mesma forma uma agudização no Conselho da Revolução, aumentando em números a força da direita desse órgão.

Dentro da evolução provável deste quadro político, assiste-se à assim à procura de reforço na estrutura constitucional de um movimento de contestação direitista e declaradamente reacionário, jogando na provocação e nas contradições abertas, nos oficiais intermédios das forças armadas, ao mesmo tempo que a desagregação do bloco PS e do Governo que sustenta, dará os trunfos necessários ao apoio por parte da direita civil a tal conspiração.

O compasso de espera a que se assiste revela a escolha da oportunidade melhor para medidas mais repressivas e de força, por parte da direita, o que deve constituir sério aviso ao campo popular. A reorganização da direita e a sua progressiva unificação está cada vez mais patente, ao passo que no campo da evolução esse objectivo de há muito deveria estar cumprido.

Por isso o combate se deve organizar, por isso a unidade se deve tornar uma realidade.

“As listas de Unidade Popular estão na linha da candidatura de Otelo e, como ele, os candidatos da Unidade Popular não fazem promessas”, afirmou Catalina Pestana, na Conferência de Imprensa dada na manhã de ontem pela Comissão Eleitoral de Unidade Popular, na sede dos GDUP, na Av. Alexandre Herculano. Presentes também Nuno Teotónio Pereira e Vieira Lopes.

Vieira Lopes, membro da CNPUP, abriu a Conferência de Imprensa apontando as dificuldades enfrentadas pelas listas de Unidade Popular, e o facto de apesar delas, muitas conquistas terem sido alcançadas. Exemplificou as dificuldades com o atraso da lei que veio a prejudicar o lançamento de candidaturas de “grupos de cidadãos”. Lembrou ainda as dificuldades materiais com que se debate uma força política jovem, como o Movimento de Unidade Popular, que não dispõe de fundos, nem de funcionários, aumentando assim as dificuldades em atingir todo o País. Mais grave ainda, os repetidos boicotes verificados nos recenseamentos e documentação, tanto na legalização das Listas de Unidade Popular, quanto no caso das listas apoiadas pelo MUP e formadas por candidatos populares independentes, sobretudo ao nível de freguesias.

Evidentemente os partidos com acesso ao poder, ou com apoios internacionais, publicamente propagandeados, não contam com as mesmas dificuldades que as Listas de Unidade Popular. Apesar disto, as candidaturas de Unidade Popular deverão atingir mais de metade da população, contando com mais de 6 mil candidaturas.

A seguir entrevistou Nuno Teotónio Pereira, explicando a “sequência, a ligação que existe entre a linha política

da campanha Otelo e as candidaturas de Unidade Popular para as autarquias, na luta pela unidade do povo, contra a ameaça fascista, que se apresenta em cada dia com mais força”.

Indicou ainda Nuno Teotónio as diferenças destas listas com outras: “demarcam-se por não serem partidárias, nem de grupos de partidos, mas representativa de largas camadas das classes trabalhadoras e do povo, na sua luta pelo avanço real para o socialismo, através da organização popular”.

Explicou ainda o arquitecto Nuno Teotónio Pereira, na sua intervenção, o esforço das candidaturas populares em “dar muito mais à luta ao nível de freguesia, lutar contra a especulação, contra a carestia, contra o aumento dos géneros e dos transportes, através da vigilância popular”.

“Não somos listas partidárias, — continuou — não temos qualquer compromisso com quem esteve ou está no poder, nem com os interesses comuns às autarquias, de apoiar o aparelho de estado. Ao contrário deve haver luta, para que sejam as Comissões de Moradores, as Cooperativas de Consumo e Produção, a ganharem voz nas juntas, impedindo que as juntas sejam simples parte do aparelho de estado”.

Catalina Pestana, candidata em Oeiras pelas Listas de Unidade Popular, definiu os compromissos das candidaturas populares: “Seremos companheiros de luta junto dos mais explorados, lutando pela ampla participação de todos nas discussões que lhes dizem respeito nas autarquias, apoiando as organizações populares de base, apoiando quem mais representa o povo e as suas lutas”.

Especificou que a luta dos



**Zeca Afonso: um candidato popular**

candidatos eleitos deverá dar-se, “não em discursos parlamentares, mas nas bichas de leite, ocupando casas vazias para fazer escolas, nos autocarros contra os aumentos, contra o desemprego, na ligação entre os trabalhadores do campo e da cidade, informando os que nos elegeram de tudo o que se faz nas suas costas, ao nível das autarquias”.

Catalina Pestana precisou ainda que “não temos ilusões, nem iludimos outros, as autarquias servirão no tempo do fascismo para oprimir o povo, e servirão agora para a aplicação de políticas antipopulares. A nossa presença ali serve apenas para abrir brechas, e fazer trincheiras, em torno dos verdadeiros interesses do povo”.

Em resposta a perguntas dos jornalistas presentes, pouco numerosos, Vieira Lopes afirmou que apenas o Congresso do MUP poderá

definir a política a adoptar nos locais onde não serão apresentados candidatos. Esclareceu ainda que realmente existem divergências acerca da candidatura de Acácio Barreiros em Setúbal, considerada incorrecta por muitos, na medida em que havia uma orientação da CNPUP no sentido de que as cabeças de listas não fossem constituídas por candidaturas partidárias. Vieira Lopes considerou natural que “haja polémicas internas ao movimento, uma vez que há luta de ideias” e que “o assunto ainda está em discussão na CNPUP, embora os candidatos em Setúbal tenham enviado à Imprensa a sua posição sobre o incidente”.

Durante a Conferência de Imprensa foi distribuído um comunicado, que pela sua extensão, publicamos na nossa edição de amanhã.

**Caso Canto e Castro**

**Será discutido no CR?**

O Presidente da República decidiu instaurar um inquérito a Canto e Castro, membro do Conselho da Revolução, delegado pela Força Aérea, devido a notícias vindas a público, segundo as quais se teria encontrado com o dirigente do movimento fantoche FNLA, Holden Roberto.

Assim, enquanto, por um lado, se anuncia que está convocado este assunto na reunião do Conselho da Revolução onde deverá ser discutido, o “Página Um” tentou embora sem sucesso, confirmar as informações vindas a lume, segundo as quais o assunto já teria sido debatido na última reunião do C.R.

Segundo essas informações, o capitão Sousa e Castro teria levantado o problema na última reunião do CR, exigindo a clarificação do assunto, sob pena de se demitir.

Defendendo Canto e Castro das acusações que lhe eram movidas e da forma como Sousa e Castro encorou o assunto, atacando mesmo este conselheiro, levantou-se a voz de Almeida e Costa que, segundo informações que não podemos confir-

mar, terá mesmo proposto sanções contra Sousa e Castro.

Entretanto, os vários órgãos do Poder mantêm-se silenciosos sobre o assunto e, concretamente o Ministério dos Negócios Estrangeiros cuja política de estabelecimento de relações diplomáticas normais com Angola poderá ser afectada.

Para além de outras informações, também vindas a lume noutros órgãos de Informação, de que o inquérito a Canto e Castro poderia ser extensivo a outros factos de que este conselheiro poderia ter ligações estreitas com sectores reacionários, o encontro de um membro do CR com Holden Roberto não pode ser encarado só sob a possibilidade de prejudicar as relações com a República

Popular de Angola mas, sob o que pode significar este encontro com o fascista Holden Roberto

para o povo português e para o povo angolano, que tão heroicamente lutou pela sua libertação.

**As candidaturas populares**

Apesar das dificuldades materiais e organizativas, normais numa organização jovem, sem apoio governamental ou estrangeiro; apesar dos boicotes feitos pela burocracia nas legalizações de listas, e apesar da própria lei que prejudica a constituição de listas por grupos de cidadãos, em favor das candidaturas partidárias; apesar disto tudo, as listas de Unidade Popular apresentam-se em mais de metade do concelhos, de alguma forma, atingindo mais de metade da população, quase uma centena nas Câmaras, cerca de meio milhar nas freguesias, enfim cerca de seis mil candidatos.

Alguns exemplos das cabeças de listas nas principais cidades: Lisboa-Câmara, Nuno Teotónio Pereira, arquitecto. Assembleia Municipal, Luis Moita, do CIDAC. Porto — Alves Costa, Arquitecto do SAAL-Norte. Assembleia — Mário Brochado Coelho, advogado do SAAL-Norte. Viana do Castelo — Câmara, trabalhador Barreto. Coimbra — Câmara, Trabalhador da Hotelaria, Figueira da Foz — Câmara, Gonçalves, Sintra — Câmara, Soares Onofre. Oeiras — Câmara, Amadeu Lopes Sabino — advogado. Assembleia, operário da Sorefame. Évora — Câmara, Ramalho, Beja — Câmara, dr. Pregado, saneado do Ministério do Trabalho, advogado. Setúbal — Câmara, Acácio Barreiros, Deputado pela UDP (em discussão) e Zeca Afonso, Assembleia Municipal.



# GDUP da CML propõe estratégia para eleições nas autarquias

O GDUP da Câmara Municipal de Lisboa elaborou uma tese que visa proporcionar alguns contributos para a "Definição da tática dos GDUP, com vista às próximas eleições para as autarquias locais, e o prosseguimento da acção neste campo". Devido às limitações de espaço, publicamos hoje os extratos que consideramos mais significativos.

Alguns contributos para a definição da tática dos GDUP's com vista às próximas eleições para as autarquias locais e prosseguimento da acção neste campo.

## I — LINHAS GERAIS DE ACTUAÇÃO

### 1 — Introdução

Uma das questões que, a curto prazo os GDUP terão de enfrentar, é o período eleitoral que se aproxima, para as autarquias locais. Os GDUP devem aproveitar a realização do Congresso para se apetrecharem com os instrumentos necessários a uma intervenção proveitosa para o Movimento Popular, nesse campo.

Assim, é necessário estabelecer-se uma sequência entre a anterior campanha e a que agora se aproxima, fazendo reviver o entusiasmo e o clima de unidade de então. Contudo, não se trata de percorrer o caminho de ontem; trata-se, sim, de consolidar essa tendência, eliminando todas as ervas daninhas que possam prejudicar a realização dos nossos objectivos.

(...)  
Durante a campanha, privilegiou-se a realização das tarefas de agitação e propaganda (colagem de cartazes, distribuição de comunicados, recolha de fundos, etc.); é certo que todo o circunscianalismo da mesma em parte o justificou, mas o que também deve ser agora dito, numa retrospectiva crítica, é que essas tarefas surgiram desligadas de uma perspectiva política que respondesse às necessidades e objectivos do Movimento Popular. Estes foram actos de tarefeirismo, que, em certa medida, se compreendem, se tivermos em conta a necessidade de fazer-se uma campanha eleitoral a partir de uma estrutura recém-criada e em curto espaço de tempo.

Ligando-se a este facto, um outro (também em grande parte fruto das circunstâncias) — o do eleitoralismo (aliás, mais consequência da incapacidade manifestada pelos GDUP durante a campanha de se ligarem aos problemas concretos sentidos pelas massas populares do que por deficiências programáticas de base).

Na verdade a própria estruturação da campanha, a admiração espontânea das massas para com o camarada Otel, e o apoio massivo e crescente à sua candidatura, vieram a criar ilusões em alguns sectores, não só daqueles que ainda acreditam nos processos eleitorais, como também de outros que após tão inesperado êxito, acabaram por

desmobilizar-se. Temos igualmente que dar um combate sem tréguas ao sectarismo, que muito prejudicou (e ainda pode vir a prejudicar) o trabalho unitário. Há, pois, que analisar (e criticar) lucidamente todos os factos que reflectam qualquer tipo de controle partidário da situação.

Por consequência, impõe-se no abandono de toda a espécie de preconceitos partidários "de vanguarda", ou de outra natureza ideológica, o que conduzirá ao enriquecimento de uma linha política unitária, e não como por vezes se verifica, originar a divisão e mesmo desagregação do Movimento Popular.

Só se conseguirá a superação do sectarismo se não nos limitarmos a meras declarações formais e autocríticas de circunstância, mas sim através de uma prática coerente com os desígnios proclamados.

(...)  
Se por um lado, é verdade que as massas trabalhadoras não podem, na situação atrás referida, derrubar a burguesia, não é menos verdade, por outro, que não possam vir a participar nesse derrube. Explicando melhor, não compete às estruturas de base comandar esse derrube, mas devem ali desempenhar um papel activo, de acordo com uma coordenação política superior. Porém, não deve concluir-se que essas estruturas não possam existir, porque, ao afirmarmos que elas não podem derrubar a burguesia, já estamos a admitir a sua existência.

**GDUP's — sua organização e ligação às estruturas populares de base**

(...)  
Durante a campanha eleitoral, devemos dar atenção aos problemas locais, vendo qual a melhor forma de abordá-los e que soluções ou formas de luta podemos apontar.

Para tanto, torna-se indispensável intensificar as relações entre os DGUP e as estruturas populares de base, como sejam as comissões de moradores, de ocupantes, de trabalhadores e outras estruturas de implantação local (cooperativas, grupos recreativos, etc.). Aos GDUP das câmaras e serviços municipalizados cabe um contributo importante neste capítulo.

Porém, não se deve ver nisto uma "caldeirada", mas uma forma de nos ligarmos aos problemas locais e dinamizar (que não substituir) os órgãos populares.

Só assim se poderá fazer o levantamento desses problemas de um modo tão completo quanto possível e com uma ampla participação das massas trabalhadoras, independentemente de pertencerem ou não aos DGUP: cabe aqui uma referência especial àqueles camaradas que sendo do PS, PC ou mesmo de outros partidos, por estarem integrados no Movimento Popular, se identificam com os nossos objectivos.

Assim, contribuiremos, dentro das nossas possibilidades, para que se acabem, de uma vez para sempre, com as atitudes "esquerdistas" ou "direitistas", típicas daqueles que defendem a "unidade" em palavras, mas que na prática, tudo fazem para a sabotar.

(...)  
Como se disse, o apoio às estruturas populares não visa, essencialmente, objectivos eleitorais, mas aproveitar essa mesma campanha para lançar a semente de um trabalho melhor organizado do que até aqui. Com efeito, torna-se urgente que essas estruturas superem as divergências, sejam elas de natureza baírrista, partidária ou de outra ordem.

Há muito a fazer no campo organizativo: criar órgãos que centralizem a actividade das bases — órgãos de âmbito regional e nacional — e outras estruturas com funções específicas, como sejam as comissões de ocupantes, de desalojados e bairros de lata, comissões essas que deverão estar intimamente ligadas às estruturas dos moradores em geral.

A coordenação, a nível nacional, deste trabalho, é extremamente importante e urgente, face à investida do capital, que pretende recuperar tudo o que as massas populares conseguiram conquistar, à custa de uma luta tenaz e cheia de sacrifícios.

(...)  
Alguns aspectos do aproveitamento das eleições para as autarquias locais

— Na campanha eleitoral dever-se-á ter presentes os dez pontos aprovados no comício do Pavilhão dos Desportos, desenvolvendo-os e adaptando-os a cada situação concreta.

(...)  
Sendo possível conquistar algumas posições nestas eleições (inclusive a hipótese de, pelo menos, uma vitória a nível de distrito), cumpridos, portanto, sabê-las aproveitar para os nossos objectivos. Quer isto dizer que sem exclusão de eventuais apoios imediatos que câmaras e freguesias possam dar às populações trabalhadoras, o problema fundamental é o da denúncia e desmontagem desses aparelhos, concebidos e estruturados para a dominação da classe burguesa.

Os lugares conquistados nas autarquias deverão constituir "cunhas" na engrenagem do aparelho burguês. Portanto, os camaradas que, eventualmente, venham a ocupar essas posições, deverão colocar-se ao serviço das classes trabalhadoras, não entrando em negociações nem em situações de compromisso.

Esses camaradas serão porta-vozes dessas classes junto do poder central e nunca o contrário.

Esse poder central deve ser permanentemente denunciado quanto ao seu carácter classista e repressivo, demonstrando e denunciando a burocracia, a corrupção, a negligência, e todo o desprezo com que são encarados os problemas das massas trabalhadoras.

Isto demonstrará que só estas poderão e deverão tomar em suas mãos a resolução dos seus próprios problemas, não tendo nada a esperar deste aparelho de estado, ainda que consigam lá colocar alguns dos seus representantes. Estes, pese embora a sua boa vontade, não poderão transformar o aparelho burguês, por dentro; apenas poderão miná-lo. Só às massas trabalhadoras compete derrubá-lo através da Revolução Socialista.

# A bomba Apoio a Lopes Cardoso

O atentado bombista que visava a eliminação física do ex-ministro da Agricultura, eng.º Lopes Cardoso, tem vindo a ser repudiado por numerosos núcleos do PS. A Secção Distrital de Beja, círculo pela qual Lopes Cardoso foi eleito para a Assembleia da República considera que o atentado "pela sua natureza e objectivos, tem um cunho caracteristicamente fascista, exigindo-se esforços imediatos para a identificação dos seus autores e a punição justa e severa que merecem".

Esta posição do núcleo de

Beja, que é aliás a posição de todos os antifascistas vem reforçar as múltiplas críticas feitas ao Governo PS que, para além de não tomar medidas para impedir o avanço da direita reacçãoária e a actuação dos terroristas, se torna conveniente, ao permitir que os bombistas sejam postos em liberdade.

Também a secção do PS da Lisnave emitiu um comunicado considerando que "este acto terrorista vem mais uma vez demonstrar o perfeito à vontade com que as forças fascistas e neo-nazis se movimentam em Portugal".

## PUB.

### trabalhadores beneficiários das caixas de previdência de empresa e actividade

1. Desde há largos meses que os trabalhadores Beneficiários das Caixas de Empresas e Actividade travam uma luta contra o Decreto-Lei n.º 784/75, por este, ser efectivamente prejudicial aos seus mais que legítimos direitos, já que, como largamente tem sido divulgada em comunicados aos trabalhadores e nos órgãos de Informação, este Decreto a ser publicado traria graves consequências, por não existirem condições objectivas para a sua aplicação.

2. No sentido de activar esta luta foi eleita uma Comissão Mista Provisória (C. Ts. e Sindicatos) em plenário realizado para o efeito, a qual tem vindo a desenvolver todo um trabalho que é do conhecimento geral, nomeadamente a entrevista com o ministro dos Assuntos Sociais, onde lhe foi garantida a aplicação da alínea e) da nota oficiosa do MAS, datada de 14/9/76, minimamente regulamentada através do despacho de 29/9/76, da Secretaria de Estado da Segurança Social, que embora não satisfaça totalmente os motivos da contestação do Decreto-Lei 784/75, poderá ser aceite desde que clarificadas as formas de pôr em execução o referido despacho.

3. Em face do exposto e no intuito de esclarecer e não dar cobertura a manobras divisionistas no seio dos trabalhadores, o que pode interessar a alguns sectores, vem esta Comissão informar que não esteve presente num pseudo-plenário Inter-Empresas, realizado em 4/11/76, no Pavilhão dos Desportos, pelas 18 horas, para onde abusivamente foram convocados e mencionados através de circulares e nos órgãos de Informação, os trabalhadores beneficiários das seguintes Caixas:

Carris, Cimenteiros, Grupo Previdente, Lusalite, Cel-Cat. Marinha Mercante, Tipógrafos, Soda-Póvoa, EPAL, Seguros e C.R.G.E.

Neste sentido declara-se que esta comissão nada tem a ver com o referido "plenário" e, consequentemente, com as decisões nele tomadas.

4. Entendemos ainda que a luta dos trabalhadores não se deve limitar unicamente à revogação dum Decreto-Lei, mas especialmente ao direito à Segurança Social, à criação do Serviço Nacional de Saúde, de acordo e com a participação efectiva dos trabalhadores em todos os órgãos de decisão, conforme o consignado na Constituição Portuguesa.

A COMISSÃO MISTA-PROVISÓRIA C.Ts.: Soda-Póvoa, Europeia, Carris, Lusalite e C.T.M. Sindicatos: Rodoviários Lisboa, Rodoviários Setúbal, Metalúrgicos, Marinheiros e Gráficos

## Amizade Portugal-RADS

# Sede no Porto

O Comité de Amizade Portugal-Frente Polisário-Rads, enviou-nos um documento em que dá conta de estar neste momento reconhecido pela República da Líbia, República da Argélia, OUA, OLP, Associação Amigos do Saara (Espanha), revistas "Afrique-Asie", "Jeune-Afrique", "L'Economie du Tier Monde", jornal argelino da FLN (Revolution Africaine), República Arabe Saharaui Democrática, jornal da Frente Polisário (Saara Libre), Liga Árabe e Rádios Argel e Saara Libre.

Segundo aquele comité, continuam a ser feitos contactos com outras organizações e países, tendo igualmente em vista o reconhecimento do comité de amizade. "Directivas recebidas da Frente Polisário através dum dos seus destacados militantes na Europa, nomearam provisoriamente seus representantes e responsáveis no Porto" José João Esteves, José Júlio Macedo Araújo, Nísia Macedo Araújo, Ana

Maria Macedo Araújo e Dionísia Macedo Araújo. Entretanto, e até à abertura da sua sede, que deverá efectuar-se em breve, os contactos deverão ser efectuados através de José João Esteves — TAP — Porto.

Por outro lado, face ao texto por nós publicado referindo a luta da Frente Polisário, recebemos do Comité de Amizade Portugal — Rads a seguinte nota: "Este comité, teve conhecimento que esse jornal publicou em 10 do corrente, no seu número 99, na página internacional, um artigo intitulado "Sahara — a ofensiva de Otono da Frente Polisário". Por tal acontecimento, julgamos da maior importância para o Povo português a divulgação da luta do Povo saharau, pois que ele precisa da nossa ajuda para vencer os imperialistas e capitalistas, para se tornar num país livre, independente e democrático, congratulamo-nos por tal facto, esperando que esse jornal continue a informar sobre a luta do Povo saharau.